

Febeapá no ano 2001

Severo Gomes

Desde o desembarque dos portugueses, há quase 500 anos, a história da expansão e do desenvolvimento do Brasil é uma história de espoliação e massacre das populações que aqui existiam. Em nome da propagação da fé e outros eufemismos que encobriam o roubo das riquezas minerais, os brancos sempre mataram os índios. Os quatro ou cinco milhões de bugres que povoavam esta terra são representados hoje por uns 200 mil sobreviventes.

Os planos de extermínio contam agora com a colaboração da Escola Superior de Guerra, que divulgou nestes dias um documento — "Estrutura do Poder Nacional para o Ano 2001". O capítulo sobre índios e Amazônia é tão espantoso que se torna difícil comentá-lo.

Digamos, só para iniciar, que a Escola Superior de Guerra vem definindo o que entende por objetivos nacionais permanentes. Parece óbvio que os objetivos nacionais permanentes são definidos pela nação, cujos representantes, aliás, fizeram exatamente isso na Constituição em vigor. O grupo da Escola Superior de Guerra, entretanto, não leu a lei maior e inventou seus próprios objetivos nacionais.

Se a questão passa por aí, o caso poderia ser tomado como de loucura mansa. Mas, no documento, o pessoal da Escola Superior de Guerra ameaça, mais de uma vez, com todas as letras, levar o Brasil à guerra para defender os objetivos que eles inventaram.

Permito-me a maldade de citar textualmente um trecho:

"Há um movimento internacional difuso, que não se pode, aprioristicamente, atribuir à orquestração ou conspiração de países já desenvolvidos mas que produz efeito como se fosse daquele modo, sobre a idéia de internacionalização da Amazônia, a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado Brasileiro, sendo desnacionalizado (sic) como cidadãos da pátria, um primeiro passo para a aceitação geral de "áreas liberadas" politicamente do Brasil com apoio internacional, inclusive o decorrente ações deliberadas (sic) iniciais das ONG (organizações não-governamentais, esclarecimento nosso). O estabelecimento dessas cabeças-de-ponte políticas, se permitido ocorrer, demandará grande esforço brasileiro para sua eliminação, com provável recurso à guerra, como consequência de um conflito que não se consiga administrar e, ultima ratio, para redução dessa pressão dominante a um nível aceitável e administrável, que permita a preservação dos ONP ameaçados."

Entenderam alguma coisa? Talvez a Escola Superior de Guerra devesse exigir curso completo do Mobral para os alunos que se candidatassem a redigir documentos em seu nome. A prudência recomendaria também a exigência de exame psiquiátrico, para evitar trechos como este, sobre a "preservação radical da cultura indígena, como aceitação de seu enquistamento no espaço nacional":

"A partir dos enquistamentos antropológicos que pressões, internacionais tentam impor ao país, será depois possível impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que coloque o país na condição de réu não-preservador de grupos indígenas em extinção". Essas ações externas irão perturbar o ONP paz social, irão negar nossa soberania e, para sua eliminação, poderá ser preciso aceitar a evolução da questão conflituosa para o estado de guerra".

Os índios formam-se quistos nas terras que sempre lhes pertenceram? E vamos à guerra pelo "direito" de acabar com eles? Ora, o que há de verdadeiro são os movimentos nacionais e internacionais de denúncia dos crimes contra a humanidade. Como o "apartheid" na África do Sul, o genocídio dos índios ianomami e o massacre dos palestinos, em nossos dias, ou o holocausto dos judeus, há meio século.